



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

“Mulher pesca sim!” Desigualdade, invisibilidade e conflitos socioambientais em contextos lagunares no Rio Grande do Sul

Liza Bilhalva Martins da Silva¹

FURG

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4548-2758>

Gianpaolo Knoller Adomilli²

FURG

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8370-2267>

Resumo: Este artigo objetiva apresentar algumas reflexões a partir de uma pesquisa etnográfica junto a pescadoras artesanais embarcadas da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos considerando as experiências concretas que apontam um contexto de invisibilidade, exclusão e conflitos socioambientais. A estrutura do artigo apresenta inicialmente como o tema da pesca, a partir das categorias de análises *Gênero e Mulher* tem se desenvolvido tanto pela academia quanto pelo Estado brasileiro, seguindo na análise das invisibilidades, desigualdades e os conflitos socioambientais experienciados por essas trabalhadoras. Por fim, fazemos uma reflexão sobre as possibilidades da Educação Ambiental, enquanto modos de aprender e se relacionar no ambiente a partir das vivências das pescadoras, configurando um contexto de interlocução com diferentes saberes e práticas compartilhadas por grupos que vivem e habitam o ambiente lagunar costeiro.

Palavras-chave: Pescadoras Embarcadas. Saberes. Educação Ambiental.

¹ Doutoranda junto ao Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande - FURG. Mestra em Antropologia - Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (2014). Graduação Antropologia - Linha de Formação em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2014) e em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (1998). Pesquisadora colaboradora do NECO - Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras e Saberes Tradicionais (FURG) e membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos Feministas (LEF) da UFPel. e-mail: lizabms@gmail.com

² Bacharelado em Ciências Sociais (2001) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestrado (2003) e doutorado (2007) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, atuando no Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI - e no Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental - PPGA. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras e Saberes Tradicionais - NECO/FURG (Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq). e-mail: giansatolep@gmail.com

“¡Mujer pescando sí!” Desigualdad, invisibilidad y conflictos socioambientales en contextos de lagunas en Rio Grande do Sul

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones de una investigación etnográfica con pescadores artesanales embarcados desde Lagoa Mirim y desde el estuário del Lagoa dos Patos, considerando las experiencias concretas que apuntan a un contexto de invisibilidad, exclusión y conflictos socioambientales. La estructura del artículo se presenta inicialmente como el tema de la pesca, a partir de las categorías de análisis que Gender and Women ha desarrollado tanto por la academia como por el Estado brasileño, siguiendo el análisis de invisibilidades, desigualdades y conflictos socioambientales experimentados por estos trabajadores. Finalmente, reflexionamos sobre las posibilidades de la Educación Ambiental, como formas de aprender y relacionarnos en el medio ambiente a partir de las experiencias de las mujeres pescadoras, estableciendo un contexto de diálogo con diferentes conocimientos y prácticas compartidas por grupos que viven y habitan el ambiente de la laguna costera.

Palabras-clave: Pescadoras Embarcadas. Saber. Educación Ambiental

“Woman fishing yes!” Inequality, invisibility and socio-environmental conflicts in lagoon contexts in Rio Grande do Sul

Abstract: This article aims to present some reflections from an ethnographic research among artisanal fisherwoman embarked from Lagoa Mirim and from the Lagoa dos Patos estuary considering the concrete experiences that point to a context of invisibility, exclusion and socio-environmental conflicts. The structure of the article initially presents as the theme of fishing, from the categories of analysis Gender and Fisherwoman, has been developed both by the academy and by the Brazilian State, following in the analysis of invisibilities, inequalities and socio-environmental conflicts experienced by these workers. Finally, we reflect on the possibilities of Environmental Education, as ways of learning and relating in the environment from the experiences of the fisherwoman, setting up a context of dialogue with different knowledge and practices shared by groups that live and inhabit the lagoon environment and above all, the ways in which these workers confront other rationalities.

Keywords: Boarded women. Knowledge. Environmental education

Pesca e Mulher

Tanto na literatura quanto na produção acadêmica, temos a referência de que o mundo da pesca embarcada é eminentemente masculino, eis que se pauta por um olhar hierárquico ou ao menos desatento que não reconhece a existência de mulheres que praticam a pesca centrada na captura do pescado. Essas trabalhadoras existem e estão presente nas lagoas, rios, lagos, arroios e mares brasileiros, suas trajetórias se dão atravessadas por outras dimensões da vida, o que, conseqüentemente, acarretou tardiamente a busca por direitos e reconhecimento. Neste artigo, buscamos trazer alguns dados e reflexões em torno da existência, criatividade e protagonismo dessas trabalhadoras da pesca gaúcha.

A pesquisa³ que deu origem a este artigo utiliza o método etnográfico de investigação qualitativa, privilegiando a observação participante através do convívio intenso e profundo com as interlocutoras e suas realidades, ela se dá no diálogo entre as áreas da Educação Ambiental e Antropologia e tem como objetivo apreender os sentidos do viver a pesca, procurando observar como, onde e porque estas mulheres se reconhecem e são reconhecidas como pescadoras embarcadas, no esforço de compreender de que forma os saberes ligados às suas práticas de trabalho, territorialidades e, de forma mais ampla, o modo de vida, se formam, atualizam e são transmitidos em processos educativos frente as adversidades existentes nas realidades socioambientais experienciadas.

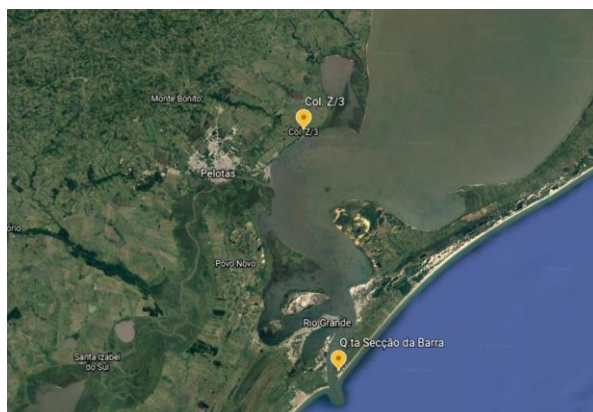
O trabalho de campo compreendeu até então a definição das localidades pesquisadas, descoberta e contato com sete interlocutoras, acompanhamento das pescarias e no cotidiano em terra e nas rotinas diárias dessas trabalhadoras.

Os lugares da pesquisa perfazem quatro localidades lagunares no extremo sul do Rio Grande do Sul, são elas: Colônia de pescadores Z-3 em Pelotas, Z-2 na Quinta Secção da Barra de São José do Norte, ambas Colônias localizadas no Estuário da Lagoa dos Patos e Z-16 no Porto de Santa Vitória do Palmar e Z-25 em Jaguarão, localizadas na Lagoa Mirim.

Mapas das localidades pesquisadas:

Estuário da Lagoa dos Patos

Figura 1: Localidades da Pesquisa: Quinta Secção da Barra e Z3 Pelotas

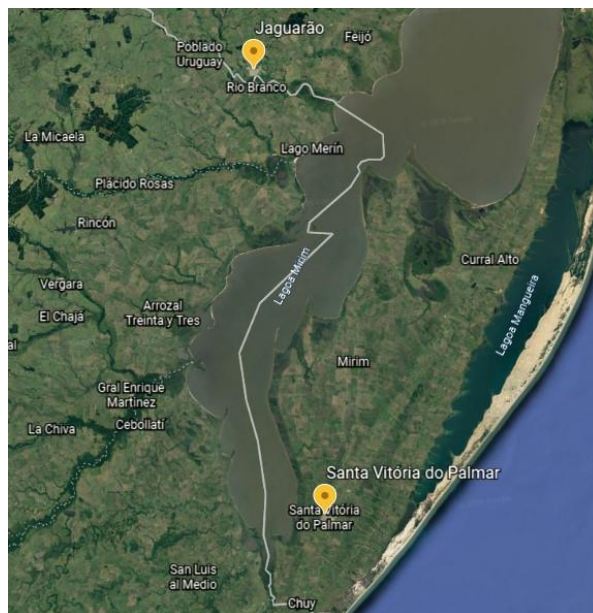


Fonte: Google Earth

³Os dados de campo aqui apresentados referem-se a pesquisa de doutorado da autora intitulada Pescadoras artesanais embarcadas da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos: Educação, saberes e interligação dos espaços ambientais a partir de uma perspectiva comparada, iniciada em 2018 junto ao PPGEA – FURG. Orientação Gianpaolo Adomilli. Agência Financiadora CAPES.

Lagoa Mirim

Figura 2: Localidades da Pesquisa: Santa Vitória do Palmar e Jaguarão.



Fonte: Google Earth

Afirmar que mulheres atuam como embarcadas na pesca artesanal⁴ implica dizer que trabalham na captura do pescado em embarcações pequenas típicas dessas regiões lagunares⁵ (botes e caícos) medindo cerca de 3 a 10 metros com ou sem motor, se deslocando à lagoa e retornando à terra diariamente ou acampando nas embarcações na costa das lagoas.

⁴O Capítulo IV da Lei 11.959, em seu artigo 8º, classifica pesca como I. Comercial: a) **artesanal**: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; podendo utilizar embarcações de pequeno porte; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

⁵Os **estuários** são ecossistemas costeiros semifechados que possuem ligação livre com o mar e onde a água marinha mistura-se com água doce oriunda das áreas terrestres. O **estuário da Lagoa dos Patos** ocupa uma área de 963,8km² correspondendo, aproximadamente, a um décimo da área total da lagoa. Apresenta um volume de 1,67x10⁹m³, sendo um ambiente raso, com profundidade média de 1,74m. Cerca de 76% de sua área tem profundidade inferior à 2m. O estuário tem uma importante função social e econômica para as comunidades que vivem em seus arredores, onde são encontrados muitos pescadores artesanais, algumas indústrias de pescados e um potente pólo industrial. Também, serve como corredor de escoamento fluvial da produção interna do estado e do país através do Super Porto (um dos maiores de exportação da América Latina) (SCHWOCHOW & ZANBONI, 2007).

A **Lagoa Mirim** faz parte do sistema lagunar Patos-Mirim, localizada no sul do Rio Grande do Sul com parte de seu limite fazendo fronteira com o Uruguai. Assentada, sobre a planície costeira, possui uma área aproximada de 3.750 Km² de área de superfície, destes 2.750 Km² em território brasileiro e 1.000 Km² em território uruguaio. No lado brasileiro compreende os municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande em sua margem leste, e os municípios de Arroio Grande e Jaguarão em sua margem oeste, e as províncias de Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha do lado uruguaio (PIEDRAS *et al.*, 2012).

Atuam em regime de economia familiar, pescam desde os 8/10 anos, com os pais, mães, irmãos(as), maridos, filhos(as), parentes e amigos(as) e algumas pescam sozinhas.

A diferença de falarmos e pesquisarmos com pescadoras embarcadas é que esse espaço da terra e das relações socioambientais extrapola para as águas e, conseqüentemente, as relações advindas daí vão além do tempo das mulheres em terra e dos homens no mar, tema recorrente nas pesquisas sobre pesca no Brasil.

Elas estão nas lagoas em seus barcos, botes ou caícos na busca pelo pescado, mas pescar para elas parece extrapolar a noção de trabalho produtivo, traz também uma série de questões ontológicas dessa mulher brasileira e pescadora. A lagoa é um lugar desejado, os peixes são aliados, a lua, o sol, as marés são companheiras e a terra acaba aparecendo como desafio. É sobre essas questões que esse texto vem tratar e salienta a construção de ser pescadora, traz muitos elementos consigo e revela que é a partir da categoria *trabalho* que elas existem e garantem sua subsistência e autonomia e, assim, conseguem realizar suas aspirações e enfrentar os desafios e conflitos.

As pescadoras

Figura 3: Márcia em sua embarcação na Lagoa Mirim para a captura da Viola.



Foto da autora

Invisibilidades e exclusão: Porque ninguém sabe que elas existem?

Não resta dúvida que ser pescadora/or é um *ethos*, um modo de viver que se apoia no trabalho em uma cadeia familiar, ou seja, tem a ver com as relações de parentesco, solidariedade e temporalidades (DIEGUES 1979; WOORTMANN, 1991, ADOMILLI, 2007). Os saberes da pesca ocorrem pela circulação que se renova continuamente por meio da troca de aprendizados onde ensinam o que aprendem e aprendem o que outras pescadoras ou outros pescadores aprenderam. As interlocutoras da pesquisa aprenderam com seus pais e mães, são filhas e netas de pescadores e pescadoras e decidiram, a partir da adolescência ou da idade adulta, a ser pescadora.

Como já referimos anteriormente, a literatura sobre pesca, e mais especificamente, sobre gênero e pesca, destaca que essa atividade constitui um tipo de trabalho que esteve e ainda permanece associado simbolicamente pela tradição de nossa cultura patriarcal como um tipo de prática que demanda coragem e força, e por isso, seria masculina. O trabalho de campo nos leva a desconstruir essa afirmação a partir de uma série de experiências a seguir descritas, que nos levam a entender que precisa de força para pescar sim, assim como precisamos de força para viver e lutar frente ao Estado, a sociedade e a cultura que insistem em manter as mulheres num campo de invisibilidade e exclusão.

Segundo Souza e Marinho (2017), a atual legislação brasileira destinada a regular as relações políticas e de produção pesqueira no Brasil, tendem a reforçar a ideia de que pesca é “coisa de homem”, pois assumem como natural no corpo da lei os sentidos/significados masculinizantes culturalmente estabelecidos. Essa afirmação pode ser sustentada, segundo os autores, nas categorias ocupacionais relativas à pesca presentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, bem como a legislação sobre a pesca tanto de nível federal como estadual (Lei 15.223/2018) que utilizam uma categoria masculina na representação identitária para a ocupação - **Pescador Profissional**.

Tal adjetivação parece ser algo sem importância, porém, a ausência da presença do artigo feminino “a” na construção das categorias profissionais tanto da CBO, como nas legislações sobre a atividade, revelam a invisibilidade, e assim, acarretam prejuízos concretos e econômicos para a vida das mulheres.

Em contrapartida ao entendimento presente no imaginário brasileiro, a literatura na área das ciências humanas sobre o tema da pesca e gênero, indicou que a participação das mulheres é e sempre foi, de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal no Brasil, alguns exemplos são as pesquisas de Beck, 1972, Motta-Maués, 1977/1994a/1994b/2016, Woortmann, 1991, Maneschy 1995, Gerber, 2015, Hellebrandt, 2017.

Segundo esses estudos, evidencia-se que por mulheres na pesca considera-se todos os tipos de participação feminina nas diversas etapas da produção pesqueira, envolvendo desde a captura do peixe, até o armazenamento, o beneficiamento, a comercialização e a distribuição do pescado, restando evidente a importância do trabalho feminino que está para além de uma participação ou ajuda no setor pesqueiro, elas são as próprias protagonistas e agentes da ação social (GIDDENS,1995) dessa atividade que se dá também em regime de economia familiar.

Mas porque ninguém sabe que elas existem?

A pesquisa tem mostrado que a invisibilidade pode ser explicada a partir da organização sociocultural estabelecida e, conseqüentemente, da correlação prática entre reprodução social e reconhecimento social e político. Reprodução social porque está relacionada ao fato das mulheres assumirem simultaneamente as atividades em dois contextos distintos: atividades na pesca e atividades domésticas e familiares, embora esteja consolidado o entendimento na literatura sociológica e antropológica de que elas conciliam de forma mais radical que os homens as posições fundamentais nas esferas do lar e na atividade pesqueira em geral.

Há uma série de fatos e acontecimentos que atravessam o dia a dia da pescadora, fazendo com que ela não esteja disponível para a captura 24 horas por dia, nem vista em trapiches ou barcos ou, mesmo estando, como é o caso de uma das interlocutoras que permanece acampada na lagoa por muitos dias, a sociedade, a comunidade e o estado, não reconhecem, ou ao menos não queriam reconhecer. Hoje elas começam a mudar esse cenário, no estado do Rio Grande do Sul a partir dos anos 2000 iniciaram a busca por direitos e luta pela visibilidade. As interlocutoras da pesquisa apontam:

Mulher pesca sim! Ninguém sabe que a gente existe, mas estamos aqui há muito tempo, desde a minha bisavó. Cuido da casa, da família e pesco, mas gosto mais de ficar pescando, é o que eu gosto de fazer, mas a mulher tem que fazer de tudo. (Betinha pescadora da Quinta secção da Barra em São José do Norte)

O barco é como se fosse a casa, quando estou na lagoa faço a mesma coisa que em casa, e lá (casa) faço tudo novamente. (Márcia pescadora de Santa Vitória do Palmar)

Agora estou parada porque a minha filha está de férias da escola, mas estou louca para voltar a pescar. (Michele pescadora de Jaguarão)

No reconhecimento social e político, a invisibilidade e exclusão se dá a partir do acesso que elas têm aos lugares de fala e poder e, conseqüentemente aos direitos

trabalhistas e previdenciários e políticas públicas como, por exemplo, o seguro desemprego da/o pescadora/pescador artesanal, denominado de seguro defeso. Esse seguro é pago as/aos pescadoras/es profissionais durante os meses nos quais a atividade é tornada proibida pelos órgãos governamentais responsáveis em exercer o controle do uso do espaço marinho e costeiro brasileiro, e, constitui-se assim, como o mais importante direito social de mulheres e homens que exercem a pesca. A exclusão das pescadoras no corpo das legislações e a invisibilidade que o próprio campo gera, torna mais difícil o acesso a tal direito e o reconhecimento social e político como um todo.

Todas as interlocutoras da pesquisa possuem carteira de pesca emitida pela Marinha do Brasil, assim como matrícula e licença para pesca, elas já foram beneficiadas pela ação política proveniente dos movimentos das mulheres pescadoras brasileiras, como por exemplo a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) iniciada por volta de 1970 em Pernambuco. Os documentos têm um significado sagrado e também sacrificial (SCHAVELZON, 2010) e constituem uma vitória para elas em consequência da luta das mulheres. Como expressão desse sentimento todas, sem exceção, fazem questão de mostrá-los nos momentos das entrevistas.

Reconhecimento

Figura 4: Betinha em sua casa
Quinta Secção da Barra/ São José do Norte.



Foto da autora

Pescando estratégias

As pescadoras embarcadas que, por sua vez, estão envolvidas desde a etapa da captura do pescado, estão sujeitas também a outros conflitos de ordem socioambiental que as afetam diretamente. Na imersão do trabalho de campo, venho percebendo uma série de saberes, orientações, estratégias e desafios daquelas que estão direta e cotidianamente envolvidas no uso dos recursos naturais, fazendo com que se perceba a articulação desses conhecimentos práticos com as contingências no ecossistema e na vida social.

Trazemos aqui alguns desafios enfrentados no dia a dia pelas pescadoras das Lagoas Mirim e dos Patos, são eles: políticas e estudos realizados sem a participação das pescadoras e pescadores; lagoas e lagunas entendidas como espaços homogêneos cujas diretrizes não consideram as particulares dos espaços lagunares; facilitação para a pesca em grande escala; escassez do estoque pesqueiro; espécies em extinção; formas de pesca e dimensões dos instrumentos de pesca (embarcações, redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na atividade pesqueira) determinados por lei e seus regulamentos que não são atualizados diante da dinâmica pesqueira; dinâmicas adotadas diante dos homens, da comunidade em geral e de grupos pesqueiros.

Além dessas questões, as pescadoras embarcadas conformam um grupo específico dentro desse universo pesqueiro, que acarretam outros desafios. Sofrem forte preconceito por um lado e valorização por outro. Preconceito pelo fato de serem “mulheres fazendo coisa de homem” ou melhor, “mulheres em espaços que não são para elas”, gerando estranhamento pela comunidade e pelos pescadores com interdições inclusive em alguns espaços de trabalho como na pesca industrial, por exemplo. São, portanto, ora vistas como ameaça ao modelo patriarcal instituído (homem na lagoa, mulher em casa) ou como mulheres-homens, ou seja, mulheres masculinizadas, gerando o caos pela não definição. Vejamos o que as interlocutoras falam sobre essa questão:

Vivem gozando da gente, até hoje, mas não dou bola pra isso, pesco mesmo e até melhor que eles [homens]. (Lourdes – Quinta secção da Barra)

Me chamavam de Maria-João no colégio, mas nunca dei bola. Imagina gurias no mar no meio dos homens? Muito preconceito. (Betinha – Quinta Seção da Barra)

Complicado ser mulher pescadora, sofro preconceito das mulheres do Porto porque trabalho na lagoa onde os maridos delas estão e elas não. (Márcia – Santa Vitória do Palmar)

Paradoxalmente, aquelas que rompem com as interdições sociais, parecem ter seu trabalho mais valorizado socialmente perante ao trabalho das pescadoras que beneficiam e processam o pescado em terra. Isso parece ser devido ao fato de que a atividade que executam como embarcadas na captura do peixe é trabalho forçoso e, portanto, trabalho de homem para a sociedade ocidental e, assim, se traduz como mais valorizado perante os trabalhos que as mulheres geralmente executam em terra. Elas enfrentam a lagoa, as intempéries, algumas moram nos barcos permanecendo meses na lagoa, capturam o peixe, colocam e puxam as redes, safam (denominação êmica sobre a retirada do peixe da rede) e limpam o pescado, comercializam, lidam com as embarcações e motores, forcejando como uma mulher forceja.

Essas mulheres que tu está entrevistando são pescadoras mesmo, elas vão pra lagoa e fazem a mesma coisa que o homem faz. (Pescador de Santa Vitória do Palmar)

A mulher faz a mesma coisa que o homem faz dentro do barco. Não tem diferença. (Marcia- Santa Vitoria do Palmar)

Mulheres e homens embarcados trabalham de igual para igual, e por isso elas acabam recebendo reconhecimento como “se homem fossem”, mas são mulheres fazendo o que as mulheres sempre fizeram e fazem, ou seja, trabalhando para si e para a reprodução e manutenção do grupo. Outro fator que merece destaque é que para dar conta dessa desvalorização, não reconhecimento e pela luta política frente aos conflitos, as interlocutoras da pesquisa, trabalhadoras da pesca embarcada, estão nos movimentos sociais do setor pesqueiro desde as primeiras reuniões datadas de meados dos anos 2000 no estado do Rio Grande do Sul, onde iniciaram o movimento pelo reconhecimento social e político do trabalho das mulheres pescadoras.

Entraram para as arenas políticas de enfrentamento das desigualdades e reconhecimento de direitos para as mulheres, ocupando cargos na presidência de associações e colônias, participando ativamente dos Fóruns da Lagoa dos Patos e Mirim, contribuindo de forma ativa no movimento político das mulheres na pesca artesanal, várias delas, inclusive, compondo atualmente, o grupo que luta ativamente contra a pesca predatória no RS, na busca por justiça social.

Rozi, de Santa Vitoria do Palmar venceu as eleições de 2019 para presidência da Associação dos Pescadores daquela cidade, pela primeira vez a associação tem uma mulher no comando. Rosa, pescadora da cidade de Jaguarão, foi fundadora da Colônia de Pescadoras em 2007 e hoje é presidenta do Conselho da Lagoa Mirim e membro ativa nas reuniões do setor pesqueiro gaúcho, durante toda sua trajetória contribuiu e continua a contribuir fortemente para o reconhecimento das pescadoras perante os órgãos públicos, tais como o INSS, Ministério da Pesca, entre outros. Márcia, Alessandra e Adriana (Lagoa dos Patos e Mirim), obtiveram formação junto ao Movimento dos Sem Terra e até hoje participam dos movimentos de luta social.

Formei muita mulher aqui, e sempre ensinei para elas que se gostamos temos sim que usar baton e pintar a unha, não é porque somos pescadoras e vivemos nos barcos ou com o peixe na mão que não vamos nos cuidar, O INSS tem que respeitar como somos (Rosa - pescadora de Jaguarão)

Minha formação veio toda do MST, foi a Alessandra que me levou, quando fui morar nos barracões aprendi meus direitos como mulher e como pescadora, a partir dali tive força e coragem para comprar meu barco e pescar sozinha, sustentei meus filhos e construí minha vida. Agora quero voltar para o Movimento, sinto falta de lutar pela pesca, precisamos nos unir, porque só querem destruir o pequeno (*pescador e a pescadora artesanal*) e agigantar o grande rico pescador, acabar com as lagoas e com os peixes, só querem ganhar e ganhar. (Márcia – pescadora santa Vitória do Palmar - o complemento em itálico é nosso.)

Pescando peixes e direitos elas estão há muito tempo nas águas lagunares do Rio Grande do Sul, a luta por reconhecimento se deu a partir delas, assim como o direito de permanecer pescando numa atividade vista socialmente e culturalmente como masculina. O que precisamos é dar atenção, olhar e ver essas trabalhadoras na atividade diária de ser pescadora e assim compreender os processos que as constituem e que constituem a pesca brasileira. Os conflitos surgem e são necessários para que as subjetividades e diferenças de pontos de vistas sejam reveladas e negociadas.

Conflitos socioambientais: um campo de disputas e de investigação social

Conforme nos diz Leff (2001), o desenvolvimento do saber ambiental leva a um diálogo e amálgama de saberes, e que:

[...]do encontro desses saberes não surge uma fusão perfeita de suas diferenças, mas um novo tecido que entrelaça os fios do saber numa fuga de várias linhas de sentido e onde se conjugam novas forças sociais e potenciais ambientais, onde se funda uma nova ordem, entre o sensível e

o inteligível. Ali se enlaça uma nova ética e uma nova episteme onde se forja uma nova racionalidade e se constituem novas subjetividades. [...] (LEFF, 2001, p.153)

É nesse encontro/desencontro de diferentes subjetividades é que nascem os processos conflitivos e aqui as ciências sociais e ambientais tem um papel fundamental de análise: os espaços dos conflitos socioambientais enquanto campo de investigação. Segundo Lopes (2006) a incorporação do discurso ambiental não eliminaria a dinâmica própria dos conflitos sociais, para o autor a questão ambiental seria uma nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos, e que o sucesso enquanto processo dependeria de reações, contra-ataques, restaurações.

Ao interpretar os conflitos ambientais como processos de incorporação da linguagem e das práticas ambientais pelos grupos sociais em disputa, o autor situa a originalidade dos conflitos na forma e na linguagem empregadas, “na inculcação do novo domínio do ambiente [...] se tornando um habitus, no sentido analisado por Bourdieu”, e não em prerrogativas do conflito (FLEURY, 2017, p.15)

Esse fenômeno, Lopes (2006) denomina de ambientalização dos conflitos sociais, e esclarece que o termo ambientalização usados nas ciências sociais é justamente para designar novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo.

Os pescadores e pescadoras artesanais das localidades investigadas, já se apropriaram do discurso científico, produzido há muito tempo sem as suas participações, para legitimar um novo discurso de preservação e renovação do estoque pesqueiro onde estejam protegidos das políticas centradas no lucro a qualquer preço. “É preciso preservar nosso ambiente com uma pesca sustentável e auto produtiva.” (Pescador, presidente do Fórum da Lagoa dos Patos).

Essa perspectiva de luta vai ao encontro do que Acselrad (2010), diz à respeito de pensar o ambiente como um mundo material socializado e dotado de significados, onde os objetos culturais e históricos constituem o ambiente e, dessa forma, quando há um desacordo no interior do arranjo espacial e social na atividade ou no lugar da atividade, os conflitos ambientais ocorrem, tendo em vista a ameaça da continuidade da presença das comunidades no território frente a outras a atividades espacialmente conexas.

Para Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais, revelam, portanto, modos diferenciados de existência que expressam a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna. Nesse sentido nos dizem as pescadoras:

A culpa é sempre nossa, e a mineração? E os agrotóxicos das lavouras que são soltos na lagoa? (Pescadora Betinha)

Nós dependemos do mar! Precisamos recuperar os estoques afastando a pesca predatória feita pelos Catarinas. (*Catarinas é como são chamados os pescadores provenientes do estado de Santa Catarina que pescam em grandes traineiras devastando o espaço marítimo e lagunar*). (Pescadora Rosa – o complemento e itálico é nosso)

Resta evidente, portanto, que o que está posto nos conflitos socioambientais é o confronto entre racionalidades, via de regra, no campo de lutas sociais e políticas entre o poder do Estado e das Instituições privadas e os grupos locais com seus saberes técnicos e práticas tradicionais. Para exemplo disso, trago a experiência etnográfica que essa pesquisadora teve quando da participação da Reunião do Setor pesqueiro junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Essa reunião, segundo as pescadoras e pescadores, constituiu um marco histórico, tendo em vista a presença em grande número dos trabalhadores da pesca, além de representantes políticos, de instituições ambientais, sindicatos, associações e colônias de pesca. De um lado os pescadores e pescadoras gaúchos e de outro os pescadores catarinenses.

Para um olhar desatento às heterogeneidades do campo, estaríamos diante de uma reunião com propósitos bem claros: de um lado pescadores e pescadoras e do outro lado o Estado através das autoridades políticas e governamentais. Entretanto, o que se vislumbrava era um campo de batalha, onde diferentes interesses e entendimentos de mundo ali se colocavam frente aos conflitos socioambientais vividos por todos. Restou claro, que dentro de um grupo social não há como se pensar em homogeneidade, um grupo/comunidade é por si só plural e heterogêneo, com interesses diversos a partir do lugar que ocupam na cadeia produtiva e social. E nessa cadeia gaúchos e catarinas têm lados opostos com diferentes interesses sobre o mar e lagoas brasileiras e as mulheres, estas também plurais, estão posicionadas na base, atingidas de forma mais agressiva pelas desigualdades social, política e ambiental do setor. Sobre isso os interlocutores disseram:

Os nossos problemas são diferentes, com a crise no setor pesqueiro os catarinas não tem dinheiro para pagar a prestação da casa e do carro, mas nós pescadores pequenos artesanais não temos o que comer. (pescador de São José do Norte – presidente do sindicato)

Nós estamos aqui e precisamos nos unir. A mulher é parte nisso. (Rosa, presidente da Colônia de Pescadoras de Jaguarão)

As pescadoras enfrentamos conflitos de forma mais radical que os homens, pois como já apontado acima as questões de gênero também as atravessam, assim, precisam estar sempre reafirmando sua condição de trabalhadoras e lutado para serem incluídas e ouvidas. Na reunião acima referida, foi possível perceber a desigualdade de representatividade, pois haviam somente duas pescadoras para quase quarenta pescadores.

Somos poucas, mas cada vez tem mais mulheres no movimento.
(Andiara, pescadora da Lagoa Mirim)

Educação Ambiental e as mulheres pescadoras: revelação dos modos de aprender e se relacionar no ambiente

Segundo Sauv  (2005), quando se aborda o campo da Educa o Ambiental (EA), podemos nos dar conta de que apesar de sua preocupa o comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educa o para a melhoria da rela o com este  ltimo, os diferentes autores (pesquisadores, professores, pedagogos, associa es, organismos, etc.) adotam diferentes discursos sobre a EA e propoem diversas maneiras de conceber e de praticar a a o educativa neste campo.

Comungamos de que as no es de ambiente e educa o est o baseadas na interdisciplinaridade, uma vez que a amplitude do tema n o poderia ser abordada apenas do ponto de vista de uma disciplina ou  rea do conhecimento de forma isolada. Assim, considerando que a no o de ambiente vai al m da dimens o tratada inicialmente pela ecologia tratamos essa no o em um sentido amplo, que contempla o ser humano e, assim, busca relacionar natureza e cultura, e entendendo de igual forma que h  um alargamento da no o de educa o indo al m, por exemplo, do espa o escolar, sobretudo, se pensarmos a rela o entre educa o e cultura enquanto formas fundantes que envolvem o ensinar e o aprender nas sociedades humanas.

Assim sendo, para que essa perspectiva seja alcan ada na interface entre educa o ambiental e antropologia, a pesquisa se filia a chamada “corrente etnogr fica” definida por Sauv  (2005), essa corrente privilegia, ou seja, d   nfase, ao car ter cultural da rela o com o meio ambiente. Para a autora, “a educa o ambiental n o deve impor uma vis o de mundo;   preciso levar em conta a cultura de refer ncia das popula es ou das comunidades envolvidas”, uma vez que “a corrente etnogr fica propoem n o somente

adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, como se inspirar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente” (SAUVÉ, 2005, p. 34-35).

Assim, o trabalho de campo vai revelando essas pedagogias e nos dando as pistas para compreender por dentro e por elas esse modo de vida, esses saberes que se dão na estreita relação com a natureza, encontro e construção de saberes entre pesquisadora e pescadoras, seguindo o que nos ensina Freire e Leff (2001) onde o saber ambiental deve se abrir para o terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais. Em síntese, o saber ambiental é concebido como um processo em construção, complexo, por envolver aspectos institucionais tanto de nível acadêmico contrariando os paradigmas normais do conhecimento, quanto de nível sociopolítico, por meio de movimentos sociais e de práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Os saberes e práticas, ou seja, essas aprendizagens não estão paradas no tempo, elas são transmitidas sempre de forma renovada, são dinâmicos, perpassando por novas experiências do viver, acompanhando os fluxos da vida e dos sujeitos na experiência concreta, Ingold denomina esse fenômeno de *Educação da Atenção*, que segundo ele, são os atravessamentos desses fluxos da vida que se intercambiam através das formas de habitar e das habilidades desenvolvidas a partir da concretude das experiências (INGOLD, 2010).

Esses conhecimentos aprendidos e transmitidos, estão intimamente relacionados às concepções simbólicas acerca dos recursos da fauna, flora, fenômenos naturais, relações humanos e não-humanos e às concepções práticas do conhecimento do manejo do ambiente e apropriação de seus recursos, como o desenvolvimento e uso de tecnologias específicas e adequadas de acordo com sua disponibilidade no ambiente e no tempo.

Reigota (1994) e Brandão (1989) nos auxiliam, uma vez que, para eles, a educação ambiental está relacionada às relações dinâmicas e que estão em constante interação entre aspectos sociais e naturais, vejamos:

A Educação Ambiental está inserida em todos os aspectos que educam o cidadão, dessa forma, é possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando, cada um, ênfase às suas especificidades. [...] Sua abordagem, apesar de ainda ser vista apenas como a transmissão de conhecimento científico e a conservação da natureza, precisa levar em conta aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais para que realmente possa ser percebida como Educação Ambiental e não ecologia e/ou ciências biológicas. (REIGOTA, 1994, p. 34)

Evidencia-se, portanto, um saber ambiental compartilhado por essas trabalhadoras da pesca que, longe de se constituírem um grupo homogêneo, partilham saberes e formas de viver e, sobretudo, sobreviver, próprias de quem depende dos recursos naturais.

As formas de pescar nas lagoas se diferem muito, pois para cada peixe há uma forma de capturá-lo, cada lagoa possui um ritmo e um tempo, cada tipo de embarcação possui uma dinâmica, cada pescadora é um ser único e que nessa pesquisa são percebidas na sua individualidade e experiência.

Agora estamos pescando a Viola, mas porque não temos mais os outros como a Traíra, Tainha, e muitos outros, o peixe está desaparecendo e precisamos aprender coisas novas. A Viola ninguém pescava, mas agora é o que os resta, tive que aprender a pescá-la, é muito diferente. (Márcia pescadora Santa Vitória do Palmar)

Diante da narrativa acima, resta evidente que devemos estar atentos que a cultura perpassa por todo um rol de comportamentos relacionados com o meio ambiente e, na ausência dessa perspectiva, necessariamente qualquer avaliação estaria prejudicada na sua fundamentação, nas suas propostas e nas suas conclusões. Ao envolver as áreas das ciências humanas e naturais, a noção de ambiente remete à relação entre natureza e cultura, colocando o problema da ciência em superar as dualidades modernas na qual foi fundada.

Para Steil e Carvalho (2014), as epistemologias ecológicas propõem essa dialogicidade de forma radical, envolvendo humanos e não humanos, na medida em que a questão da simetria aparece como central na produção do conhecimento, não mais “sobre”, mas “com” o outro, trata-se, portanto, de uma fusão da história humana e da história natural.

Engajamento no ambiente

Figura 5: Márcia na Lagoa Mirim conduzindo sua embarcação.



Foto da autora

Eu nasci pescando e vou morrer pescando, é o que eu gosto de fazer, e mesmo diante das dificuldades, aqui estamos nós sobrevivendo. (Márcia – pescadora de Santa Vitória do Palmar).

A gente tem um jeito de pescar, que nos foi ensinado e que vamos passando, e vamos aprendendo coisas novas também, o que me deixa muito furiosa é que quem decide como devemos fazer são pessoas que nunca entraram num barco ou nunca pescaram um peixe. (Márcia – pescadora de Santa Vitória do Palmar).

O meu filho já está no ritmo, tem 4 anos e já mostrou que gosta de pescar e estar no barco. (Betinha – Quinta Secção da Barra)

Neste viés, a partir dos fundamentos que orientam a Educação Ambiental, privilegiamos e fazemos guiar na pesquisa justamente o sentido de EA que identifica e reconhece a estreita ligação entre natureza e cultura, que traz as cosmologias compartilhadas pelo grupo engajados nos ambientes em que vivem, ou seja, privilegia a valorização da dimensão cultural e social de sua relação com o meio ambiente, para que assim, possamos compreender de forma eficaz as diversas práticas e sentidos das ações, e a partir daí, contribuir juntamente com os sujeitos para o entendimento e enfrentamento da crise socioambiental.

Considerações Finais

Tendo como objeto as mulheres na pesca embarcada artesanal, o artigo buscou revelar que ao contrário do que habita no imaginário brasileiro as mulheres estão há muito

tempo pescando nas lagoas do extremo sul do Brasil. A observação empírica aliada ao arcabouço teórico sobre o temas levam a desconstruir a abordagem convencional que identifica a pesca embarcada artesanal como atividade exclusivamente masculina.

Ao analisarmos os fatores que acarretam invisibilidade, desigualdade e exclusão a partir das relações trabalho de mulheres na atividade pesqueira expressamos as hierarquias sociais estruturantes de relações de inclusão/exclusão e igualdade/desigualdade

As interlocutoras da pesquisa aprenderam a ser pescadoras e essa aprendizagem se deu, e se dá, como prática e na prática, ou seja, a aprendizagem aconteceu e continua a acontecer. A capacidade criativa de superar e conviver com as adversidades da vida e da pesca, aliada à luta contra a restrição de direitos sociais, políticos e econômicos, ou seja, o enfrentamento aos conflitos socioambientais forja essas mulheres e as constroem como sujeitas de direitos, cidadãs do mundo.

Como observamos, os conflitos vividos e enfrentados por essas mulheres não são poucos e reside aí a preocupação central dessa pesquisa, compreender esse viver a partir dos saberes e estratégias daquelas que vivem diretamente as consequências da crise socioambiental, vivendo e sobrevivendo com a baixa renda, com tripla jornada e com as desigualdades produzidas e reproduzidas no próprio ofício.

A educação ambiental tem um papel fundamental e atua nesse processo enquanto revelação dos modos de aprender e se relacionar no ambiente a partir das experiências das pescadoras, configurando um contexto de interlocução com diferentes saberes e práticas compartilhadas por grupos que vivem e habitam o ambiente lagunar. Nesse movimento elas percebem e tomam consciência de que são ao mesmo tempo produto e produtoras de cultura, lhe despertam potencialidades e mobilizam assim suas capacidades políticas de optar, discutir e decidir. Como resultado elas não mudam apenas o mundo, mas mudam também suas posições diante do mundo.

A participação das mulheres na etapa da captura do pescado e cada vez mais crescente na gestão pesqueira gaúcha revela a transformação alicerçada numa perspectiva do reconhecimento e valorização da mulher, do saber das comunidades, da experiência e da diversidade. Perceber a especificidade do trabalho dessas pescadoras, seus significados e ações resulta na ampliação e complexificação das noções de ambiente, educação e conflitos.

Assim, na busca de estratégias e empoderamentos elas duram no tempo e, conforme postula Bachelard (1994) quando fala de uma dialética da duração, essa pressupõe que uma temporalidade para durar precisa ao mesmo tempo fervilhar de lacunas, repouso e agitação.

E é aí, nesta dialética, que oscila entre luta, força, prazer, sensações e conflitos as mulheres se constroem como figuras centrais para que o mundo da pesca exista, se mantenha e se reproduza.

Para finalizar trago Escobar (2015) que em sua análise sobre as lutas étnico-territoriais na América Latina, nos ensina que ditas lutas constituem defesas de mundos ou ontologias relacionais e que os conhecimentos das comunidades incorporam uma proposta avançada contra a crise social e ecológica dos territórios. Segundo esse entendimento e olhando para o universo das pescadoras, toda essa densa malha de inter-relações e materialidades existente na pesca embarcada praticada por mulheres, nos revela que, não há pescadora, nem peixes, nem barco, nem motor, nem rede, nem maré, nem lua, nem lagoa como seres discretos, autocontidos, que existem por si mesmos, ou por sua própria vontade, o que há é um mundo inteiro que atua minuto a minuto, dia a dia, através de uma infinidade de práticas que vinculam uma multiplicidade de seres humanos e não-humanos na luta pela vida, e no caso das pescadoras, na luta pela vida, direitos e liberdades.

Referências

ACSELRAD; Henri, *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. **Estudos Avançados**. 24 (68), 2010.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São Jose do Norte – RS**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS 2007.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BECK, Anamaria. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório**. Florianópolis: UFSC, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, sítiantes e trabalhadores domar**. Tese [Doutorado]. São Paulo: USP, 1979..

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. **Cuadernos de Antropología Social** 41: 25-38, 2015.

FLEURY, Lorena C; BARBOSA, Rômulo Soares; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia** . Vol. 05, No. 11. Set/Dez/2017

GERBER, Rose Mary. **As Mulheres e o Mar**. Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015

GIDDENS, Anthony. 1995, **Sociologia**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca**. 2017. 173 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

INGOLD, Tim. Educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr.2010

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental** : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 31-64, Jun. 2006

LOUREIRO, Frederico Carlos, Educação Ambiental e Epistemologia Crítica, **Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental - REMEA**. E-ISSN 1517-1256, v. 32, n.2, p.159-176, jul./dez. 2015

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalhadeiras e Camarados: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores**.Dissertação [Mestrado]. Brasília: UnB, 1977.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Lugar de Mulher: Representações sobre os Sexos e Práticas Médicas em Itapuá-Vigia (Pa), MINAYO, M. C., e P. C. ALVES (Eds.), **Saúde e Doença: um Olhar Antropológico**, Rio de Janeiro, Fiocruz. 1994^a.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Quando Chega essa Visita, D'INCAO, M. A., e I. M. da SILVEIRA (eds.), A Amazônia e a Crise da Modernização, **Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq**, 1994b.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 377-399,1999.

PIEDRAS, Sérgio Renato N., et al. Caracterização da atividade pesqueira na Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul, **R. Bras. Agrocência**, Pelotas, v.18 n. 2-4, p.107-116 ,abr-jun, 2012.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Ed. Brasiliense, 63 p, 1994.

SAUVE, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michele.; CARVALHO, Isabel (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005

SCHAVELZON, Salvador. **Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas. Antropología y Ciencias Sociales**. Colegio de Graduados de La República Argentina, 2010.

SCHWOCHOW, Rosane & ZANBONI, Ademilson. O estuário da Lagoa dos Patos: um exemplo para o ensino de ecologia no nível médio. **Cadernos de Ecologia Aquática 2** (2):13-27, ago - dez 2007.

SOUZA, Suelen; MARTINEZ, Silvia & GANTO, Marcelo. **Mulheres pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499480529_ARQUIVO_MULHERESPESCADORASUMAANALISEDASPRODUCOESBIBLIOGRAFICASACERCADASRELACOESDEGENERONOUNIVERSODAPESCAARTESANAL.pdf. Acesso em: 10 fev.2020.

SOUZA, Josiane MARINHO, Marco Antonio. **As águas onde pescam as mulheres**. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/oral-abrasd-joseane.pdf> Acesso em: 10 out.2019.

STEIL, Carlos Alberto & CARVALHO, Isabel. Epistemologias ecológicas: Delimitando um conceito. **Mana** 20 (1): 163-183, 2014.

WOORTMANN, Ellen. Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades ‘Pesqueiras, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18, 41-61, 1991

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Submetido em: 15-02-2020.

Publicado em: 21-08-2020.